



## Gurgel deve ser sabatinado na CCJ depois do recesso

Concessão de vista coletiva provocou o adiamento do exame, pela comissão, da recondução do procurador-geral da República ao cargo



SECS/Agência Paraná

Objetivo do projeto é evitar que estudantes fiquem nas ruas, sem fazer nada

### Projeto mantém aluno na escola mesmo se o professor faltar

A Comissão de Educação vota hoje, em decisão terminativa, um projeto que impede as escolas públicas de

dispensarem os alunos se os professores faltarem. No lugar da aula comum, eles receberão atividades complementares. **7**

### Diretor do Dnit depõe hoje sobre denúncias nos transportes **3**

### CCJ retoma votação sobre rito das medidas provisórias **3**



Lio de Paula/Senado Federal

Luiz Henrique, Taques, Demostenes e Jucá (em pé), na CCJ, onde não houve acordo, mesmo com a proximidade do recesso

**A** sabatina para a recondução do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ao cargo só deve ocorrer em agosto, após o recesso parlamentar. A CCJ tomou a decisão após a concessão de vista coletiva da mensagem de indicação. O presidente da CCJ, Eunício Oliveira, e o líder do PMDB,

Renan Calheiros, tentaram um acordo, mas a oposição argumentou que estava cumprindo o regimento. O mandato de Gurgel acaba em 22 de julho, mas, segundo Alvaro Dias, com o recesso do Judiciário, a demanda será menor e o substituto, Eugênio Aragão, ficará poucos dias como interino. **5**

### Comissão vota diretrizes do Orçamento **3**

#### especial Cidadania

### Senado investe para estar mais perto do cidadão

A modernização dos caminhos para que os parlamentares apresentem, discutam e votem projetos tem sido uma prioridade para o Senado nos dois últimos anos. A própria Casa

desenvolveu ferramentas tecnológicas e criou mecanismos que tornaram ainda mais transparentes todas as informações sobre o processo legislativo e os gastos do Senado. **8**

### Paim quer estatuto e piso nacional para frentistas

Senador volta a defender, em audiência da CDH, um estatuto que regule tanto as atividades dos postos como a profissão de frentista. Segundo associação, há no país 500 mil trabalhadores em 38 mil postos. **6**

Márcia Kallume/Senado Federal



Paulo Paim (C) dirige debate na CDH: representantes dos frentistas afirmam que fiscalização atual é insuficiente

### Reforma política: CCJ examina financiamento público **5**

### Concurso do Senado deve ter edital até setembro **2**

A sétima reunião do ciclo de palestras Conhecendo o Senado tratou das responsabilidades do Interlegis e do Instituto Legislativo Brasileiro

# Senado investe na capacitação dos servidores

A EFICIÊNCIA DO quadro de servidores do Senado foi ressaltada pela diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, para apontar que a capacitação e o desenvolvimento permanente podem reverter a imagem negativa dada pela mídia. Ela abriu, ontem, a sétima palestra do ciclo Conhecendo o Senado.

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) é o responsável pela capacitação dos servidores. Segundo o diretor executivo do ILB, Carlos Roberto Stuckert, a entidade já recebeu cerca de 70 mil matrículas em cursos a distância e presenciais desde sua criação.

Na opinião de Stuckert, o Senado é a instituição com mais *expertise* em processo legislativo do Brasil. Ele lamentou a impossibilidade de oferta de mais cursos presenciais em razão da falta de espaço físico.

Além da capacitação, o Senado vem aprimorando as áreas de tecnologia, informação e comunicação, informou o diretor da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo do Programa Interlegis, Francisco Etelvino Biondo. Esse investimento, ressaltou, traz ganhos ao cidadão, pois



Francisco Etelvino Biondo, diretor do Interlegis; Doris Peixoto, diretora-geral; e Carlos Roberto Stuckert, diretor-executivo do ILB: formação de quadro qualificado

torna o Legislativo moderno, integrado e transparente.

Biondo disse que, há pouco mais de uma década, os brasileiros desconheciam o papel do Poder Legislativo. Naquela época, observou, os cargos do Executivo eram considerados mais importantes pela sociedade. A criação do Programa Interlegis, em sua opinião, contribuiu para mudar essa realidade.

O Interlegis, informou Biondo, equipou 4 mil câmaras municipais com computadores e impressoras para interligá-las, juntamente com as assembleias estaduais, à rede de videocon-

ferências do Poder Legislativo. É esse alcance do programa que, observou, deu visibilidade internacional ao Interlegis.

A próxima palestra do ciclo Conhecendo o Senado apresentará a Advocacia-Geral do Senado e as secretarias de Relações Públicas e de Controle Interno. A palestra vai acontecer após o recesso parlamentar, no dia 8 de agosto. O ciclo será encerrado em 5 de setembro. Segundo a diretora-geral Doris Peixoto, todas as palestras são gravadas e serão utilizadas para apresentar o Senado aos futuros servidores da Casa.

## Edital do concurso pode sair em setembro

A diretora-geral Doris Peixoto informou ontem, em entrevista à Rádio Senado, que o edital do próximo concurso da Casa pode sair até setembro. Contudo, a definição do número de vagas e das áreas do concurso depende ainda da aprovação da reforma administrativa do Senado, em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

– A nossa expectativa é que o edital já seja liberado em meados do segundo semestre. Eu acredito que em setembro nós já tenhamos o edital liberado – disse a diretora-geral.

Segundo Doris Peixoto, a realização de novo concurso se justifica pela necessidade de

recompôr equipes desfalcadas com aposentadorias de servidores. Ela estima que entre 300 e 400 funcionários devem se aposentar até o final do ano.

Em fevereiro, a Comissão Diretora do Senado decidiu adiar a realização do concurso para que fosse reavaliada a necessidade de nova seleção.

Não havia data estipulada para o concurso, mas a previsão do Senado era de que as provas fossem aplicadas no segundo semestre deste ano. Estavam previstas 180 vagas para o quadro de pessoal e para formação de cadastro de reserva conforme Ato da Diretoria-Geral do Senado, de 25 de janeiro. O

ato também determinava que uma comissão especial concluisse em 60 dias as providências necessárias para a realização do concurso.

O último concurso foi realizado em 2008. O exame objetivo foi composto por 80 questões para o nível superior e 70 para o nível médio. Na ocasião, houve também um teste discursivo com uma questão para nível médio e duas para nível superior. Foram cobrados conteúdos de língua portuguesa, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, para todos os cargos, e língua inglesa, língua espanhola e informática, para alguns.

## Missa em memória de ex-presidente

O Congresso Nacional realizará amanhã, ao meio-dia, missa em memória do ex-presidente da República e senador Itamar Franco, falecido no dia 2. A missa será celebrada pelo cardeal dom José Freire Falcão, arcebispo emérito de Brasília, no Salão Negro do Congresso.

Itamar Franco, que elegeu-se senador por Minas Gerais no ano passado, estava internado no Hospital Albert Einstein, para o tratamento de leucemia, diagnosticada no primeiro semestre deste ano. Ele contraiu uma pneumonia, que o levou à unidade de tratamento intensivo, onde sofreu um acidente vascular cerebral fatal.

## Zeze Perrella assume e diz que será difícil substituir Itamar

José Perrella de Oliveira Costa, primeiro-suplente do senador Itamar Franco, assumiu ontem a vaga deixada pelo político mineiro, que faleceu no início deste mês em São Paulo.

Em seu discurso de posse, destacou as qualidades excepcionais de homem público de Itamar Franco, considerando uma tarefa difícil substituir um homem de sua envergadura, “que passou a vida inteira lutando pelo Brasil”.

– E digo mais uma vez: se eu conseguir em minha vida pública fazer dez por cento do que Itamar conseguiu, acho que eu já posso me sentir um vitorioso. O que posso prometer para Minas Gerais e o Brasil é que vou me empenhar muito para defender os seus



Zeze Perrella, filiado ao PDT, elogia trajetória pessoal e política de Itamar

interesses – disse.

Após a leitura do juramento, Paulo Paim (PT-RS), que no momento presidia a sessão, leu comunicado informando que o senador, filiado ao PDT, irá usar o nome parlamentar de Zeze Perrella.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Tabela do Imposto de Renda

14h A pauta está trancada pela medida provisória (MP 528/11) que reajusta em 4,5% os valores da tabela do Imposto de Renda.

### CI/CMA Luiz Antônio Pagot

9h O diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, participa de audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

### CAE Autorizações para empréstimos

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa autorizações para que o estado do Rio de Janeiro e o município de São José dos Campos (SP) contratem empréstimos junto a organismos internacionais, entre outras matérias.

### CCJ Mudança no rito de tramitação das MPs

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota emendas à proposta que modifica o trâmite das medidas provisórias no Congresso Nacional.

### CE Eleição do vice-presidente da comissão

10h Eleição do vice-presidente para o biênio 2011/2012 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Votação, às 11h, de projeto que prevê a permanência de aluno na escola em caso de falta do professor.

### Subcomissão Violência contra as mulheres

11h A Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher debate “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privado, com foco na violência”. A comissão ouve, entre outros, o presidente do Sesc-DF, Adelmir Araújo Santana.

### CMA Contas com dicas de economia

11h30 Entre outros itens na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que obriga as concessionárias de serviços públicos a incluírem em suas faturas orientações sobre racionalização do consumo de água, energia elétrica e gás.

### CDR Projeto cria ZPE em Corumbá

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo analisa projeto que cria zona de processamento de exportação em Corumbá (MS) e o que concede prioridade nas políticas públicas habitacionais para quem perdeu imóvel devido a enchentes.

### CMO Relatório final da LDO na pauta

14h30 Votação do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 na pauta da Comissão Mista de Orçamento.

### Drogas Experiências de organismos internacionais

14h A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros vai discutir experiências de organismos internacionais sobre o tema com a embaixadora da Suécia, Annika Markovic.

### CPI do Ecad Votação de requerimentos

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad, que investiga denúncias de Irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, reúne-se para a votação de requerimentos.

### Congresso Crédito especial para creches

19h O Congresso deve votar crédito especial de R\$ 88,3 milhões para o Ministério da Educação e crédito suplementar de R\$ 755 milhões para pagamento de reajuste do Bolsa Família.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



José Sarney já se comprometeu em colocar PEC em votação no Plenário antes do recesso



Em razão de acordo, Aécio Neves, relator, deve excluir a criação de comissão especial

## Proposta que altera a tramitação das MPs volta à discussão hoje na CCJ

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, que altera o rito das medidas provisórias, será votada hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em reunião extraordinária. O projeto havia sido aprovado pela comissão em maio, mas recebeu três emendas em Plenário e teve de retornar à CCJ. O presidente do Senado, José Sarney, já se comprometeu em colocar o projeto em votação no Plenário antes do recesso.

De autoria de Sarney, a proposta fixa prazos para análise das medidas provisórias nas duas Casas. Hoje, as MPs têm 120 dias para serem apreciadas pelo Congresso, sem prazo definido para votação na Câmara e no Senado. Com a PEC, os 120 dias passarão a ser dividido entre dez dias para análise da admissibilidade pelas comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, 60 dias para tramitação na Câmara, mais 40 dias para tramitação no Senado.

Há ainda dez dias para revisão da Câmara, no caso de o Senado fazer alterações na proposta.

Em sua primeira passagem pela CCJ, a PEC das MPs, como ficou conhecida, recebeu substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB-MG). A nova proposta continha, além da divisão do prazo de tramitação das medidas, a criação de uma comissão mista especial para análise da relevância e urgência das MPs. O substitutivo também determinou que, rejeitada pela comissão, a MP perderia sua validade.

Em Plenário, deputados da base governista questionaram a criação do que consideraram uma "supercomissão" e apresentaram emendas pedindo a sua retirada do projeto. Por acordo, Aécio Neves deve excluir a criação da comissão mista.

Na mesma sessão extraordinária, a CCJ também deve deliberar sobre projetos da Comissão Especial de Reforma Política.

## Luiz Pagot presta explicações hoje a duas comissões

As denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes também devem continuar no centro dos debates nesta semana. O diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, será ouvido hoje em audiência pública conjunta das comissões de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pagot deverá prestar esclarecimentos sobre denúncias publicadas pela revista *Veja*, que apontou a existência de esquema de superfaturamento de obras e de recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à pasta.

Comissão Mista de Orçamento, que aprovou o texto principal do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na semana passada, analisa destaques

# Comissão vota amanhã a LDO; decisão final é do Plenário do Congresso

NA SEMANA QUE antecede o recesso parlamentar do meio do ano, o principal item na pauta dos trabalhos de senadores e deputados é o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012. O relatório final deve ser votado amanhã pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, posteriormente, encaminhado ao Plenário do Congresso Nacional. Amanhã e quinta-feira, a CMO realizará quatro reuniões por dia para votar os destaques ao relatório. O Congresso só pode entrar em recesso – de 18 a 31 de julho – depois de aprovar a LDO.

A votação do relatório não deve sofrer obstrução por parte dos partidos de oposição, como vinha acontecendo, já que o relator atendeu às duas principais reivindicações da oposição: exclusão de dispositivo que previa a contratação de obras e serviços com valores unitários até 20% superiores à média do mercado e de item que autorizava alterações contratuais de obra ou serviço, realizados nos termos da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), que implicassem acréscimos, reduções ou supressões de quantitativos desde que não ultrapassassem 25% do valor inicial do contrato.

## CMA debate participação do BNDES em fusão

Em reunião marcada para hoje, a CMA também deve definir a data de debate sobre a possível participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na fusão da rede de supermercados brasileira Pão de Açúcar com a multinacional francesa Carrefour.

Para o debate, proposto pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), serão convidados o atual presidente do BNDES, Luciano Coutinho, o ex-presidente do banco Carlos Lessa, o



Aloysio propõe convidar presidentes do BNDES e do Cade para discutir tema no Senado

ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Gesner de Oliveira e outros técnicos.

### Mudanças em discussão no Senado

REGRAS ATUAIS	PEC DAS MPS
<b>PERDA DE VALIDADE</b>	
▶ Hoje, uma MP perde a validade se não for aprovada pela Câmara e pelo Senado em até <b>120 dias</b> a partir de sua publicação.	▶ De acordo com a PEC 11/11, uma MP deixará de valer se uma comissão mista não admitir seus pressupostos de urgência e relevância, ou se ela não for aprovada dentro dos prazos definidos para cada Casa – <b>50 dias</b> para a Câmara e <b>45 dias</b> para o Senado.
<b>COMISSÃO MISTA</b>	
▶ Emite parecer antes da análise por cada Casa. <b>Não há prazo</b> específico para isso e a comissão não tem poder de derrubar a MP.	▶ A comissão passa a ser permanente, com prazo estipulado de <b>10 dias</b> para emitir parecer e tem o poder de rejeitar a MP, transformando-a em projeto de lei que passará a tramitar em regime de urgência.
<b>REGIME DE URGÊNCIA</b>	
▶ Se a medida provisória não for votada em <b>45 dias</b> , passa a trancar a pauta na Casa em que estiver tramitando.	▶ A MP passa a trancar a pauta da Câmara a partir de <b>40 dias</b> e, no Senado, a partir de <b>35 dias</b> .
<b>VEDAÇÕES</b>	
▶ Medidas provisórias não podem tratar de temas como <b>cidadania, direitos humanos, Poder Judiciário, Orçamento, poupança popular e majoração de impostos</b> .	▶ A PEC mantém as vedações que existem hoje e impede a inclusão de <b>temas estranhos</b> aos objetivos principais da MP.
<b>PRORROGAÇÃO</b>	
▶ A MP tem prazo de validade inicial de <b>60 dias</b> , que pode ser prorrogado por <b>mais 60</b> uma única vez, se não houver votação.	▶ O prazo de validade passa a ser <b>120 dias</b> e não pode ser prorrogado.

## CDR examina projeto que favorece a construção de habitações populares

Em reunião hoje, às 14h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá votar, em decisão terminativa, substitutivo ao projeto de lei que autoriza a União a reduzir ou dispensar a contrapartida financeira das prefeituras de cidades com até 25 mil habitantes em projeto de construção de casas populares (PLS 331/06).

Para serem beneficiados com a medida, os municípios precisam estar localizados nas regiões Norte, Nordeste ou Centro Oeste; nas mesorregiões da metade sul ou noroeste do Rio Grande do Sul; ou em outra área territorial legalmente equiparada a elas para efeitos da concessão de incentivos de desenvolvimento regional.

Deverão ainda apresentar indicadores de desenvolvimento econômico ou social inferiores à média nacional.

O projeto da então senadora Roseana Sarney foi relatado pelo senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que apresentou um texto substitutivo incluindo as quatro emendas aprovadas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Roseana considera que os municípios mais pobres das regiões mais carentes não podem ser obrigados a contribuir com recursos orçamentários de que não dispõem, o que justificaria tratamento menos exigente nas contrapartidas em projetos de saneamento, construção ou regularização de habitações de interesse social.

## Vital do Rêgo, Rollemberg e Mozarildo apoiam abertura da Copa em Brasília

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) manifestou ontem a esperança de que Brasília sedie a cerimônia de abertura e o jogo inaugural da Copa do Mundo de 2014, destacando os benefícios do evento esportivo para a capital.

– A abertura, se realizada em Brasília, servirá para reforçar os projetos de desenvolvimento futuro da cidade, que ainda será mais moderna graças às transformações que enfrentará no curso dos próximos 50 anos.

Além de sediar a abertura da Copa, o senador espera que o Distrito Federal também abrigue o Centro de Mídia,

lembrando que as obras em Brasília estão avançadas em relação a outras sedes de jogos. Vital do Rêgo lembrou que o aeroporto de Brasília é prioridade para o governo federal, que destinou R\$ 749 milhões para obras.

Em apartes, os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiaram o discurso de Vital do Rêgo. Rollemberg acrescentou que o pleito é da maioria da população do país, pois "todos os Brasil" se encontram em Brasília, enquanto Mozarildo destacou que a opção por Brasília tem um simbolismo que vai além de critérios técnicos.

Senador critica contribuições por concentrarem receitas nas mãos da União, pede nova renegociação das dívidas que asfixiam os entes federativos e considera insatisfatória a atual compensação pela isenção do ICMS das exportações

# Luiz Henrique quer pacto federativo que valorize estados e municípios

“TEMOS UMA FEDERAÇÃO esfarrapada, em que os municípios são entidades indigentes do sistema federativo e em que os estados não dispõem dos recursos necessários para cumprir com os objetivos que lhes são traçados”, afirmou Luiz Henrique (PMDB-SC).

O senador disse que o Brasil precisa de um novo pacto federativo e falou sobre problemas que atingem estados e municípios, como a concentração da arrecadação de impostos nas mãos da União, as dívidas e as dificuldades da saúde pública.

Segundo Luiz Henrique, “a Constituição de 1988 traçou um modelo de repartição mais justa dos tributos”. Apesar disso, segundo ele, o Congresso, no interesse da Presidência da República, aprovou a criação de

impostos não compartilhados, que chamou de contribuições.

– Reduziu-se a participação dos estados e dos municípios sensivelmente e concentrou-se dois terços da receita nacional dos impostos que são pagos a cada hora e a cada instante por nós brasileiros nas mãos da União – protestou.

O senador também falou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), que descentralizou a política de saúde pública. Para ele, ao mesmo tempo em que foi uma dádiva por tornar mais eficiente a gestão, o SUS representou um peso para os municípios, que sofrem a pressão direta da população.

As dívidas renegociadas pelos estados e municípios também preocupam Luiz Henrique. O senador considera que a dívida



Luiz Henrique afirma que o SUS descentralizou a política de saúde pública

asfixia esses entes e citou os números de Santa Catarina.

– O Estado catarinense recompôs dívida no valor de R\$ 4 bilhões, pagou R\$ 6 bilhões e deve R\$ 10 bilhões – exemplificou o senador, que considera uma nova renegociação necessária.

Luiz Henrique reclamou, ain-

da, da compensação aos estados pela isenção de ICMS nas exportações. Até 2002, segundo ele, a compensação oferecida pela Lei Kandir era satisfatória. Hoje, os estados estariam recebendo cerca de 10% do imposto de volta em vez da metade, como ocorria antes.

## Lindbergh tem 17 emendas ao Código Florestal

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) anunciou ontem a apresentação de 17 emendas ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/11, que trata do novo Código Florestal. Uma das emendas propostas por Lindbergh altera a definição de “área rural consolidada” retrocedendo a 12 de fevereiro de 1998, e não a 22 de julho de 2008, como aprovado pelos deputados.

Uma das suas propostas mais importantes de alteração do projeto que veio da Câmara, de acordo com Lindbergh Farias, é a que confere nova redação ao artigo 8º do PLC 30/11, introduzida pela Emenda 164.

Na avaliação do parlamentar, esse dispositivo é especialmente danoso, visto que “legaliza todas as intervenções em APPs até 22 de julho de 2008 e franqueia futuras derrubadas de vegetação nativa situada em APPs”.

– Na prática, a emenda decretaria o fim das áreas de preservação permanente. Além disso, esse artigo abriria a porta para os estados legislarem, estabelecendo suas próprias regras para as APPs – comentou Lindbergh, que apresentou também emenda que visa isentar da manutenção da reserva legal apenas os imóveis de até quatro módulos fiscais.



Lindbergh: mudanças ameaçam proteção das matas nativas

## Inácio Arruda comemora 10 anos do Estatuto da Cidade

Os dez anos de existência do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), que regulamenta a política urbana, completados no dia 10 deste mês, foram comemorados ontem por Inácio Arruda (PCdoB-CE). A partir da lei, todos os municípios conquistaram o direito de colocar em prática o planejamento do seu desenvolvimento, destacou o senador, que considera o estatuto uma lei avançada e progressista.

O senador citou o exemplo de Gramado (RS), cuja prefeitura conta com uma arquiteta em seu quadro funcional, que o informou de que nenhuma casa na cidade é construída sem autorização da prefeitura, pois a



Inácio Arruda: lei extraordinária, estudada em vários países do mundo

localidade exige que a construção obedeça a um padrão.

– Uma lei de ordenamento urbanístico, uma lei extraordinária. É estudada em quase

toda Europa, na China, para que se examinem os instrumentos legais que permitem que as cidades ofereçam mais qualidade de vida para todos. O plano diretor é uma conquista – celebrou, ao mencionar as audiências públicas que resultaram na lei.

Entre os benefícios da lei, Inácio Arruda destacou a ampliação da possibilidade de usucapião coletivo, o que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como as favelas. Também citou o direito de preempção, que assegura preferência ao poder público na aquisição de imóveis urbanos, para evitar a especulação imobiliária.

Ele também mencionou as chamadas operações urbanas consorciadas, que permitem um conjunto de intervenções entre poder público e iniciativa privada, com vistas a alcançar transformações urbanísticas de maior impacto.

Inácio Arruda lembrou que o Estatuto da Cidade foi elaborado no Senado pelo então senador Pompeu de Souza, do DF, e pelo consultor da Casa José Roberto Bassul. Ressaltou, porém, a característica popular da lei, que contou com a participação de inúmeras associações da sociedade civil como a Confederação Nacional das Associações de Moradores.



Ana Amélia pede melhoria na logística do transporte internacional

## Ana Amélia apoia pleito de empresários do Sul

Ana Amélia (PP-RS) levou ontem ao Plenário reivindicações de empresários e governantes das cidades da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, como Santana do Livramento, Uruguaiana e Alegrete.

Um dos pedidos partiu da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI), que listou problemas como as péssimas condições das estradas, falta de infraestrutura alfandegária na fronteira, burocracia dos procedimentos legais e obstáculos criados pelo governo argentino à entrada de caminhões com produtos brasileiros.

– Promover a melhoria das condições logísticas do transporte internacional de carga brasileiro representa um salto na competitividade dos produtos nacionais, estimulando também a nossa indústria e geração de empregos – argumentou.

Ana Amélia também anunciou apoio integral ao projeto do presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), que autoriza a criação de *free shops* em onze cidades gaúchas.



Ataídes destaca iniciativas do governo do estado

## Ataídes elogia incentivos fiscais no Tocantins

Ataídes Oliveira (PR-TO) elogiou ontem a política de incentivos fiscais criada pelo governo do Tocantins para atrair investimentos. Ele ressaltou a localização privilegiada e a vocação natural do estado para ser um corredor de ligação dos eixos de desenvolvimento brasileiro e destacou seis modalidades de incentivos fiscais que considera fundamentais para que o estado seja “uma terra de oportunidades ímpares”.

O senador classificou o Proindústria como o carro-chefe de todos os programas de incentivo fiscal. Explicou que o programa destina-se a indústrias que desejem iniciar ou expandir suas atividades no estado e já beneficiou 164 empresas com investimentos da ordem de R\$ 1,7 bilhão. Também destacou o E-commerce, destinado a empresas que vendem exclusivamente pela internet ou por correspondência; o Complexo Industriais, voltado para empresas que possuem fábrica de rações balanceadas; o Comércio Atacadista de Medicamentos; e o Indústria Automotiva.



Jucá agradeceu antecipação do pagamento de benefícios do INSS no estado

## Jucá agradece ajuda federal a Roraima

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) agradeceu ao governo ontem, em Plenário, pela antecipação do pagamento de benefícios previdenciários para que a população de Roraima possa enfrentar os prejuízos causados por enchentes no estado.

No próximo dia 20, os 31 mil beneficiários da Previdência Social em Roraima poderão ir a uma agência bancária e solicitar a antecipação de recursos referentes a um mês de benefício. A antecipação poderá ser paga com dois meses de carência e em 36 meses sem juros. Já no dia 25 será feito o pagamento antecipado do benefício do mês. As duas medidas equivalem à liberação de R\$ 18 milhões, disse Jucá.

O líder do governo agradeceu o pagamento antecipado dos benefícios ao ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e ao presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Mauro Hauschild.

## Comissão externa investiga crimes na Amazônia

A Comissão Temporária Externa do Senado que acompanha as investigações de mortes em conflitos de terras na Amazônia esteve ontem no assentamento Praia Alta Piranhiera, em Nova Ipixuna (PA), onde, em 24 de maio, foi assassinado o casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, que denunciavam a ação ilegal de madeiras na região.

Segundo a presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o objetivo da viagem é identificar meios de contribuir para a solução pacífica desse tipo de conflito. Além dela, também foram ao Pará Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o ex-senador José Nery e representantes da OAB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a coordenação do Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e um consultor do Senado.

A comissão vai ouvir assentados, madeireiros, representantes das comunidades indígenas e moradores locais.

## Dornelles defende sistema majoritário para deputados

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem a adoção de voto majoritário na eleição para deputados, o chamado distritão, por considerar o atual sistema proporcional, ao lado do voto obrigatório, um dos grandes responsáveis pela desorganização do sistema político do país.

A proposta do distritão foi apresentada pela Comissão de Reforma Política, presidida por Dornelles no primeiro semestre, mas acabou rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada. A decisão final, porém, caberá ao Plenário.

Para Francisco Dornelles, o voto proporcional leva o eleitor a votar em um candidato, vê-lo

derrotado e, com o voto a ele dado, eleger outro, permitindo que o candidato sem voto seja eleito e que o candidato com grande votação seja derrotado.

Segundo ele, o sistema proporcional encarece a eleição, pois cada partido é obrigado a apresentar um grande número de candidatos, sendo a maioria deles sem possibilidade de sucesso, mas apenas para somar legenda. Essa situação, afirmou, aumenta as despesas dos partidos com programas de televisão, rádio, papel,

gráfica e transporte, sem falar em outros custos administrativos.

No sistema majoritário defendido por Dornelles, cada estado seria considerado um distrito e os candidatos com maior votação seriam eleitos deputados. Com a eleição desse sistema, disse o senador, muitos dos candidatos sem voto, que hoje participam das eleições, com expectativa de serem eleitos com o voto dos outros, nem seriam candidatos, pois sem o voto de legenda os partidos políticos não teriam

nenhum interesse em suas candidaturas.

A adoção do sistema majoritário também iria reduzir, prevê o senador, em 90% o número de candidatos a depu-

tado, diminuindo o custo das eleições.

Francisco Dornelles disse que no distritão seriam eleitos pelo voto direto e secreto os candidatos mais votados. No Rio de Janeiro, por exemplo, os 46 candidatos mais votados seriam eleitos deputados.

O senador disse ainda que duas objeções feitas ao sistema majoritário em eleições para deputados não procedem: a de que ele favorece a eleição dos candidatos mais ricos e ainda enfraquece os partidos.

**Dornelles prevê que adoção do novo sistema reduziria em 90% o número de candidatos**

## Reforma política: CCJ decide sobre financiamento público

Na sessão extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de hoje deve ser votada a proposta sobre mudança no rito de tramitação das medidas provisórias (PEC 11/11) e projetos remanescentes da reforma política.

Um deles é o PLS 268/11, que propõe o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais. Pelo projeto, nos anos em que se realizarem eleições, o Tribunal Superior Eleitoral receberá dotação orçamentária correspondente ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior, multiplicado por R\$ 7.

Somado aos fundos partidários, esse recurso custearia as campanhas eleitorais pelo país. Dessa forma, todo e qualquer financiamento privado passaria a ser proibido.

O relator da proposta na CCJ, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), tem parecer contrário ao projeto, com o argumento de que, ao proibir qualquer forma de financiamento privado, o PLS 268/11 estaria contribuindo não para impedir, mas para esconder as relações dos par-

tidos com entidades privadas e organizações da sociedade civil. Favorável ao projeto, José Pimentel (PT-CE) apresentou voto em separado pela aprovação da matéria.

O PLS 268/11 tramita em conjunto com o PLS 373/08, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que prevê a doação de recursos para as campanhas por meio de cartões de débito e de crédito. A medida já consta da legislação eleitoral, pela Lei 12.034/09. Por isso, o voto do relator é pela sua prejudicialidade.

Outro projeto a ser votado em decisão terminativa será o PLS 267/11, que institui cláusula de desempenho para fins de funcionamento parlamentar e de acesso gratuito ao rádio e à televisão. O projeto tramita em conjunto com o PLS 29/11, que exclui do cálculo do tempo de propaganda da coligação o tempo correspondente aos partidos que não lançam candidatos ao cargo em disputa. O parecer do relator Vital do Rêgo (PMDB-PB) é favorável à aprovação do projeto.

A sessão da CCJ está marcada para as 10h.

Concessão de vista coletiva provocou o adiamento, na Comissão de Justiça, do exame da mensagem presidencial reconduzindo ao cargo o procurador-geral da República

## Sabatina de Gurgel deve ficar para início de agosto

A SABATINA PARA a recondução de Roberto Gurgel ao cargo de procurador-geral da República só deverá ocorrer na primeira semana após o recesso parlamentar, previsto para o período de 19 a 31 de julho. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após a concessão de vista coletiva da mensagem presidencial com a indicação.

Os senadores da oposição, que foram contra a quebra de interstício, se valeram do Ato 1/07 da CCJ, com as regras para exame de indicações de autoridades: após a leitura do relatório, imediatamente é concedida vista coletiva de uma semana para, só então, haver a sabatina dos indicados e a votação. Há 20 dias, o presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), se comprometeu a seguir a regra à risca, sem abrir exceções, depois de questionamento do senador Pedro Taques (PDT-MT).

### Regimento

Eunício e o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), ainda tentaram um acordo, pelo fato de o Congresso entrar em recesso na próxima semana.

Entretanto, os senadores da oposição foram inflexíveis:

– Não é nada pessoal, não estamos fulanizando a questão, não estamos adiando a sabatina, estamos só cumprindo o regimento – garantiu Demóstenes Torres (DEM-GO).

O mandato do procurador-geral da República se encerra no dia 22, outro motivo apontado para se acelerar a análise da recondução. No entanto, Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que, com o recesso do Judiciário, a demanda não será tão intensa, e o procurador substituto, Eugênio Aragão, ficará poucos dias na interinidade.

### Eunício diz que não atua na gestão das empresas

Em nota à imprensa, publicada domingo em seu site oficial, Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que está afastado da gestão de suas empresas desde o ano de 1998. A declaração do senador foi dada em resposta à matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, no sábado. Segundo o jornal, uma das empresas de Eunício Oliveira, a Manchester Serviços Ltda., teria cometido irregularidades em uma licitação da Petrobras.

“Não acompanho e não interfiro em quaisquer decisões administrativas, contratuais ou disputa comercial em que as empresas das quais sou acionista participem”, informa o senador, destacando que, no caso específico da Manchester, desconhece “os personagens das empresas concorrentes citadas na matéria”.



Alvaro (2º à dir): “Com recesso do Judiciário, demanda não será tão intensa”



Demóstenes (com Eunício) afirmou que a oposição só estava cumprindo o regimento

## Taques questiona fórmula do STJ para definir indicações

Também foi concedida vista coletiva à mensagem presidencial com a indicação dos desembargadores Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O senador Pedro Taques (PDT-MT) pediu informações ao STJ e à Presidência da República por considerar haver afronta a dispositivos constitucionais na elaboração da lista tríplice pela qual a presidente Dilma Rousseff escolhe os nomes enviados para exame do Congresso. Segundo Taques, por força de resolução interna do STJ, a escolha dos indicados ao cargo

de ministro, quando há mais de uma vaga a ser preenchida, vem ocorrendo da seguinte maneira: elaborada a lista tríplice, é feita a primeira escolha, e a segunda lista tríplice é composta, necessariamente, pelos dois nomes remanescentes da primeira, com o acréscimo de um novo nome. A Constituição, entretanto, determina que seja formada uma lista tríplice para cada vaga.

– Peço explicações ao STJ e à Casa Civil da Presidência da República sobre o porquê da confecção da lista com essa sistemática e por que a Presidência admite essa situação.

## Para Alvaro, mensalão persiste e ajudou a eleger Dilma

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), afirmou ontem que a prática do mensalão continua a existir. Prova disso, declarou, é o escândalo do Ministério dos Transportes, em que o superfaturamento de obras, com cobrança de propina pelo PR, se combinaria com o caixa dois da campanha eleitoral à Presidência da República de 2010. As denúncias provocaram a queda do ministro Alfredo Nascimento e de quatro funcionários do ministério.

– As tempestades de indignação que eventualmente ocorrem no país não foram suficientes para dizimar o mensalão do cenário nacional. O que ocorre no Ministério dos Transportes ou o que ocorreu até esses dias, que nome deve ter? – afirmou.

Alvaro avalia ser possível resgatar a credibilidade do governo se for feita uma completa investigação de quem são os implicados, como funciona o esquema, quem são os beneficiados, de modo que se esclareça à sociedade e puna os responsáveis.

Ele advertiu, porém, que a presença hoje no Senado de Luiz Antonio Pagot, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), poderá evidenciar ainda mais o esquema.

– Pagot, que está no epicentro desta crise, já disse que não aceitará ser penalizado sozinho. Já sinalizou isso, e o que desejamos é que Pagot possa dar nomes e, sobretudo, dizer que padrão é esse adotado nos Transportes – disse Alvaro.

Senador diz que lei abrangente e específica é a única forma de regulamentar a profissão e proteger melhor direitos dos mais de 500 mil integrantes da categoria



Paulo Paim (C), entre os representantes dos trabalhadores: donos de postos e ANP não participaram da audiência pública

## Paim defende estatuto e piso nacional para frentistas

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) voltou a defender um estatuto que regule tanto as atividades dos postos de combustíveis quanto a profissão de frentista. Ele reiterou ontem a proposta, após mais um debate sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), da qual é presidente.

Segundo Paim, o estatuto é necessário para reforçar a fiscalização dos postos – combatendo, assim, problemas como a sonegação de tributos e a adulteração de combustíveis – e viabilizar a criação de um piso salarial para os trabalhadores do setor.

Durante a audiência pública, continuação de outra realizada em 20 de junho, os representantes dos frentistas reafirmaram que a fiscalização atual é insuficiente e que há uma disparidade regional entre

os salários dos frentistas.

De acordo com o presidente da Federação Nacional dos Frentistas (Fenepospetro), Antonio Porcino Sobrinho, os vencimentos podem variar entre um salário mínimo e R\$ 1.500. Ele estima que existam cerca de 500 mil trabalhadores atuando nos 38 mil postos.

### Lucros exorbitantes

Antonio Porcino afirmou que muitos postos têm lucros exorbitantes, ampliados inclusive pelas lojas de conveniência, mas não repassam esses ganhos a seus funcionários. Ele também disse que vários postos dividem os prejuízos resultantes de assaltos, cheques sem fundos ou cartões clonados entre seus funcionários.

Paim informou que os passos para a elaboração do estatuto serão os seguintes: primeiro, a minuta do projeto de lei será

elaborada por entidades como a Fenepospetro; em seguida, a minuta será encaminhada à CDH; acolhida a proposta pela comissão, Paim, como presidente da CDH, indicará um relator para a matéria, para então iniciar as discussões que resultarão na redação final do projeto.

– Pretendemos envolver nessas discussões o Ministério Público, a Agência Nacional do Petróleo, a Petrobras e o Procon, entre outras entidades – declarou o parlamentar.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também defendeu a regulamentação da profissão de frentista e a criação de um piso para a categoria. Já o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a ausência de representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – crítica que foi repetida por vários outros participantes.

## Para senador, CDH é palco dos que não têm palco

Paulo Paim fez ontem um balanço das atividades do primeiro semestre da CDH, que realizou 54 reuniões, entre reuniões ordinárias e audiências públicas. Paim citou como exemplos os debates que trataram do combate à fome, do Estatuto da Igualdade Racial e do Estatuto do Motorista. Segundo ele, as audiências públicas permitem “ouvir os problemas e buscar as soluções”.

O senador lembrou que já ocupou vários cargos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mas manifestou uma considera-

ção especial pela CDH. Disse que ficou satisfeito quando o PT o indicou para voltar à presidência da comissão. Destacou a importância dos direitos humanos e afirmou que o trabalho da CDH é ter um olhar especial sobre o ser humano e sobre os direitos do povo.

– A CDH ofereceu palco a quem não tem palco e oportunidades a quem não tem oportunidades – afirmou.

Paim também anunciou que a próxima reunião da CDH está marcada para o dia 1º de agosto, com o objetivo de debater a

redução dos encargos na folha de pagamento e a redução da jornada de trabalho.

O parlamentar agradeceu ainda a escola Imperadores do Samba, de Porto Alegre, que decidiu contar a vida do senador na avenida, no Carnaval de 2012.

– Não é a minha vida, mas a vida da nossa gente – afirmou Paim.

O senador disse que são 35 compositores inscritos para o samba-enredo. Segundo ele, é motivo de “muita alegria” ser homenageado pela escola de samba.

## Rolleberg: país está despreparado contra o crack

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) tratou do consumo crescente do crack para mostrar que o país ainda está despreparado para combater a disseminação da droga. Ele citou relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o qual o Brasil registrou o maior número de apreensões de crack nas Américas. O número de viciados tem aumentado assustadoramente, atingindo 900 mil pessoas em 98% dos municípios.

O senador acrescentou que a venda de crack tem sido feita de forma aberta e descarada em todas as regiões sem que a polícia prenda ninguém. Entre janeiro e junho de 2010, a polícia de Brasília apreendeu 35 quilos de crack contra 16 quilos do período anterior. A capital federal também já registra 64 crackolândias em 18 locais.

– Caminhar por certas ruas do DF tem sido doloroso e angustiante. O governo local tem trabalhado para inibir o tráfico de drogas, mas ainda estamos começando e isso é muito pouco. Brasília está atrasada no combate ao crack pela ineficiência dos governos anteriores e pelo muito que se



Rodrigo Rolleberg cita o caso do DF, que já tem 64 crackolândias

tem a fazer – afirmou.

Rolleberg avalia que o DF não tem estrutura mínima para tratar do número crescente de usuários da droga. Os dependentes, segundo ele, não têm tratamento na rede pública, os hospitais psiquiátricos estão lotados e poucos são os centros de Atenção Psicossocial onde há possibilidade de internação.

O parlamentar defendeu a ampliação da rede social de acompanhamento familiar; a inclusão de crianças e adolescentes em programas sociais; o acesso à educação de qualidade; e a oferta de práticas esportivas, além do aumento das áreas esportivas e das oportunidades de lazer e trabalho. A ação integrada das polícias e das Forças Armadas dos países sul-americanos é fundamental para a fiscalização das fronteiras, completou.

## Crivella celebra sanção de lei para motoboys

A sanção da Lei 12.436/11 pela presidente Dilma Rousseff foi comemorada ontem pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), de sua autoria. A lei proíbe empresas de adotarem qualquer prática que incentive o aumento da velocidade pelos motociclistas.

Crivella disse que o número de acidentes com motociclistas nas capitais “é de assustar”. Só em São Paulo, informou o senador, dois morrem por dia e outros cinco ficam com lesões permanentes. Em sua avaliação, o número de acidentes “é turbinado” pelos anúncios de farmácias, restaurantes e pizzarias, que prometem entregar os produtos em 15 ou 30 minutos.

– Essas motocicletas, na maioria, são antigas, não têm equipamentos adequados. Nossas ruas não estão bem



Crivella: número de mortes no trânsito está em nível “inaceitável”

pavimentadas nem têm bons equipamentos de sinalização. O trânsito é violento. Ter de enfrentar tudo isso, todos os dias, e ainda em máxima velocidade, coloca a probabilidade de acidentes em nível inaceitável – ressaltou o senador.

Crivella pediu também às empresas com serviço de entregas por motoboys que levem em consideração o número de mortes dos jovens que prestam esse serviço.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro\*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Paulo Paim • Ana Amélia • Ataídes Oliveira

\* Licenciados

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Waldemir Barreto/Senado Federal

Geovani Borges lembra que sistema, agora oficializado, foi criado em 2005

## Geovani Borges comemora sanção do Suas

Geovani Borges (PMDB-AP) comemorou a sanção, pela presidente Dilma Rousseff, da lei que criou o Sistema Único de Assistência Social (Suas), na última semana. O sistema, que já existia na prática, foi institucionalizado com a lei, cujo projeto foi aprovado pelo Senado no início de junho.

– O Suas foi criado em 2005, mas, a partir de agora, com a sua oficialização, ele ganha força e legitimidade – disse.

O funcionamento, descentralizado, é inspirado no Sistema Único de Saúde (SUS), em que União, estados e municípios dividem a responsabilidade pelo financiamento.

– Outra característica inspirada no SUS é a natureza gratuita e não contributiva do Suas – explicou o senador.

## Adiada audiência sobre programa Brasil sem Miséria

A audiência pública que debateria as políticas públicas do governo federal para combate à pobreza extrema no Brasil, marcada para hoje, foi adiada para data a ser definida. As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) discutirão com representantes do governo, entre outros temas, o programa Brasil sem Miséria, que prevê ações de inclusão social voltadas a 16,2 milhões de brasileiros que possuem renda de até R\$ 70 por mês.

O programa tem três eixos principais: transferência de renda, inclusão social produtiva e acesso aos serviços públicos. A população em pobreza extrema deverá receber acesso a água, luz, saúde, educação, segurança e moradia. A ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, será uma das convidadas ao debate.

A proposta, que receberá decisão terminativa na comissão, quer evitar que crianças e adolescentes liberados pela escola fiquem pelas ruas sem o conhecimento dos pais. Ideia é oferecer conteúdo complementar ao currículo

# CE vota projeto que impede dispensa de alunos quando o professor faltar

COM 18 ITENS na pauta de votações, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal realiza reunião hoje, às 11h, quando os senadores poderão votar, em decisão terminativa, dois projetos de lei que tratam do setor educacional.

O PLC 43/10 impede que os alunos da educação básica sejam dispensados em caso de falta do professor. De acordo com o projeto, os estudantes devem permanecer na escola e receber atividades complementares.

Relatado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto do então deputado Ayrton Xerez lembra que, fora da escola, os alunos podem ficar expostos aos criminosos, sem conhecimento dos pais, que estão no trabalho. Além disso, longe da escola as crianças são privadas da merenda escolar, fundamental para grande parte dos alunos das escolas públicas.

### Adequação técnica

Já o segundo projeto (PLS 235/10), da então senadora Fátima Cleide, inclui a formação dos profissionais da educação



Ciete Silveiro/Governo do Estado de São Paulo

Escola pública em São Paulo: na ausência do professor, alunos vão receber atividades complementares

em nível médio e superior entre os objetivos dos institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O projeto modifica a Lei 11.892/08, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O texto atual prevê entre os objetivos dos institutos federais

“ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. O projeto inclui os profissionais de educação, docentes e não docentes entre esse público-alvo.

Quando apresentou a proposta, Fátima alegou que o objetivo

era atingir as merendeiras, os vigilantes, os porteiros, os auxiliares de secretaria e de biblioteca, os inspetores de alunos e os encarregados da limpeza e de conservação das escolas que, muitas vezes, não têm qualquer formação técnica nem pedagógica para os cargos que ocupam.

Relator na CE, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) já apresentou voto favorável.

## Evasão escolar estimula violência, diz Santiago



Waldemir Barreto/Senado Federal

Wilson Santiago (PMDB-PB) manifestou preocupação com o impacto da evasão escolar sobre o aumento da violência. Ele citou tese de doutorado do economista Evandro Camargos Teixeira, da USP, segundo a qual o

aumento da taxa de abandono escolar dos alunos da primeira série do ensino médio é responsável por uma elevação na taxa de homicídios.

O pesquisador, disse Wilson Santiago, coletou dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datapus), entre 2001 e 2005, para estabelecer a relação entre violência e evasão escolar.

– O conhecimento será destaque da produção do século 21. Sem o conhecimento, o Brasil pode ter sua riqueza subutilizada.

## Cristovam alerta para dívidas da população



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que, “apesar de estar bem, a economia brasileira vai mal”. Segundo o senador, mesmo com alguns índices positivos que têm sido divulgados, o Brasil enfrenta o problema do endividamento da população, que é “dramático” e pode gerar consequências graves no futuro.

De acordo com o parlamentar, a soma total de empréstimos é de R\$ 1,8 trilhão, valor que vem crescendo 1,6% ao mês e 20,4% ao ano. A taxa, segundo disse, é quatro vezes superior à do crescimento do produto interno bruto.

Cristovam afirmou que o endividamento merece um estudo detalhado, acrescentando que requereu a realização de audiência pública sobre o tema na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## Mozarildo apoia pleito de universidades do Norte



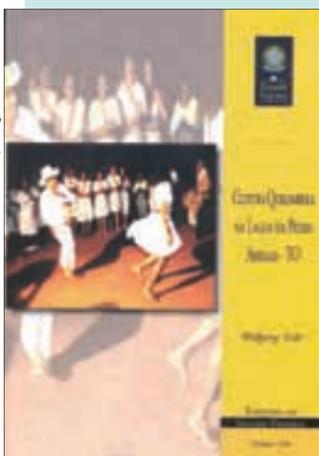
Waldemir Barreto/Senado Federal

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) endossou em Plenário as reivindicações da Carta de Boa Vista, documento produzido durante a realização do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e

Graduação das Universidades Federais e Estaduais da Região Norte, de 9 a 11 de maio. Ele destacou especialmente a que pede o aumento no número de pesquisadores e cursos de mestrado e doutorado nas universidades da região.

– Nas faixas de fronteira, temos ouvido a unanimidade de institutos de renome como o Instituto Evandro Chagas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Instituto de Tecnologia do Amazonas, que carecem de pesquisadores e doutores porque não se abrem concursos nessas áreas.

## Conselho Editorial lança novos títulos em feiras de livros



Reprodução/Senado Federal

O Conselho Editorial do Senado lançará no dia 27, durante a Feira Literária Internacional do Tocantins, o livro *Cultura quilombola na Lagoa da Pedra*. O texto, sobre um quilombo de Arraias (TO), é do pesquisador Wolfgang Teske, da Universidade Federal do Tocantins.

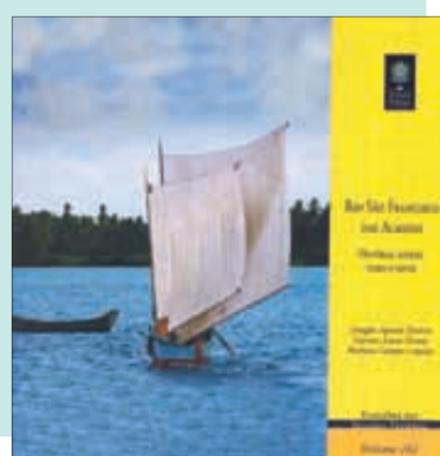
Em outubro, será lançado na 5ª Biental Internacional do Livro de Alagoas o livro *Rio São Francisco das Alagoas – história, lendas, terra e gente*, de Douglas Apratto Tenório e outros autores. Dezenas de fotos e gravuras ajudam a entender a história, ocupação, geografia, tradições e paisagem do baixo São Francisco.

Vários outros títulos serão levados ao público

ainda este ano. *Cultura e opulência do Brasil*, de André João Antonil, está sendo impresso, enquanto outros aguardam na fila, como *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*, de Cândido Mendes de Almeida.

Criado em 1997, o Conselho Editorial do Senado já publicou cerca de 160 títulos. Seu vice-presidente, Joaquim Campelo Marques, explica o critério de escolha dos títulos.

– Fazemos livros de fundo cultural importante, esquecidos do mercado e que têm o seu mercado, embora pequeno. E é um mercado de alta qualidade: de estudantes, professores, cate-dráticos, cientistas políticos, historiadores – diz.



Reprodução/Senado Federal

# Maior transparência na atividade legislativa

Senado investe, nos dois últimos anos, na modernização para tornar mais acessível ao eleitor a prestação de contas de suas atividades

NOS ÚLTIMOS DOIS anos, o Senado investiu na modernização dos caminhos para que os parlamentares apresentem, discutam e votem projetos. Ferramentas tecnológicas desenvolvidas com capacidade própria são utilizadas para, além de tornar mais ágil e seguro, dar maior transparência ao trabalho legislativo, aproximando mais o cidadão do dia a dia da Casa.

As iniciativas fazem parte da Política de Gestão do Processo Legislativo Eletrônico, instituída pela Comissão Diretora do Senado em 2009. Como base de tudo está a criação de um depósito que armazena informações em banco de dados de forma inteligente e consolidada (Data Warehouse Legislativo). Isso permite que sejam elaborados relatórios e estatísticas mais precisos, aumentando a confiabilidade da informação

oferecida para que qualquer interessado possa realizar análises qualitativas e quantitativas sobre a atividade no Senado.

As informações sobre a atividade legislativa podem ser acessadas a partir da página inicial do Senado na internet. *Links* de acesso rápido levam o usuário para as pautas de cada reunião de comissão, disponíveis em formato eletrônico, com ligações para os diversos textos relativos a cada matéria, incluindo relatórios, pareceres e emendas. Além disso, são também apresentados os resultados das reuniões, proporcionando acesso imediato e amplo às decisões tomadas naqueles colegiados.

As sessões do Plenário e das comissões podem ser acompanhadas em tempo real, com a oferta rápida das notas taquigráficas e de gravações de áudio no site. Além disso, um dos recursos mais utilizados no portal do Senado permite consultar as informações sobre as matérias legislativas que foram discutidas ou estão em discussão na Casa, bastando

informar o número e o ano de sua apresentação. A íntegra dos projetos e relatórios está disponível e é possível saber em que comissão cada proposta está sendo analisada e em que estágio de tramitação se encontra.

Há ainda a opção de pesquisa avançada, na qual o internauta pode inserir as informações de que dispõe sobre os projetos que deseja encontrar, como palavras-chave ou ano de apresentação. É possível pesquisar que projetos foram apresentados por um senador específico, pelos senadores de um partido ou pelos senadores de um determinado estado.

Também pode-se descobrir as informações de um projeto pelo número da lei que ele gerou depois de aprovado. A ferramenta é útil tanto para o planejamento da atuação dos senadores quanto para o

acompanhamento das matérias de interesse pelos cidadãos. A Secretaria-Geral da Mesa publica como cada senador votou.

Outra iniciativa da Secretaria-Geral é o serviço de explicação de ementas dos projetos. Desde o início de 2010, os projetos recebem um texto detalhando as propostas, destacando pontos que muitas vezes não são citados na ementa, o que facilita a sua busca pelos interessados.

O cidadão que desejar acompanhar a tramitação de projetos também tem à disposição ferramentas de alerta por RSS (ferramenta de agregação de conteúdos na internet) ou correio eletrônico, bastando fazer um cadastro simplificado no site do Senado e indicar o tema ou projeto de seu interesse.

Resultado do processo de modernização, a oferta de documentos em meio eletrônico, como o texto completo de emendas, relatórios e pareceres aprovados em comissões, também gerou economia de papel, reduzindo o consumo à metade nos últimos cinco anos.



Galerias lotadas em votação no Senado: iniciativas recentes ampliam a transparência de todas as atividades

## Portal dá acesso total à listagem de servidores

Lançado em junho de 2009, o Portal da Transparência do Senado foi a forma encontrada para responder a denúncias envolvendo a administração da Casa e o uso de verbas indenizatórias pelos senadores. Foram incluídos no portal, por exemplo, os boletins de pessoal que deixaram de ser publicados entre 1995 e 2009.

No portal, qualquer um pode ter acesso a dados da gestão administrativa e da execução orçamentária. Além da listagem nominal de servidores efetivos e comissionados, traz a relação das empresas de terceirização de mão de obra e de seus trabalhadores. Se o interesse for licitações, o usuário tem à disposição editais e notas de esclarecimentos e andamento dos processos.

Está disponível também a prestação de contas das verbas indenizatórias de cada senador. Os dados descrevem a despesa realizada, com nome e CNPJ do fornecedor, além do valor e data do documento fiscal apresentado na prestação de contas.

## Comunicação mais ágil com a sociedade

A Casa aposta no uso de instrumentos de comunicação ágeis para atender a sociedade. O Blog do Senado lançou recentemente uma seção em que cidadãos e profissionais de imprensa podem conhecer em detalhes aspectos do funcionamento administrativo da Casa e as normas que amparam esse funcionamento. No *blog* estão informações sobre o salário dos senadores e os benefícios a que têm direito – como verba indenizatória, auxílio moradia, plano de saúde e despesas com transporte aéreo. O *blog* explica quantos são e como são ocupados os imóveis funcionais do Senado. Lá também se encontram informações sobre a composição do quadro de pessoal de cada gabinete, além das normas sobre o controle da jornada de trabalho dos servidores e o número de ativos e inativos, efetivos ou comissionados. A estrutura administrativa do Senado é detalhada no *blog*, onde ainda estão disponibilizadas explicações sobre as modalidades de licitações e contratos utilizadas.

## LexML reúne mais de 1,5 milhão de documentos

O Senado conta, desde 2009, com o Portal LexML, um ponto de acesso unificado para informação jurídica e legislativa que contém mais de 1,5 milhão de documentos e é alimentado pelos próprios órgãos responsáveis. Ganhador do Prêmio TI & Governo de 2010, o sistema é conhecido como o “Google das leis”, pela capacidade de organizar um grande volume de informações legislativas e jurídicas, pela rapidez e pela segurança e atualidade dos dados.

O LexML, que recebe uma média de 900 mil consultas por

mês, agrupa informações de modo que os *links* que levam a elas não se percam. Assim, a lógica da URL, que indica os endereços de documentos na internet, é substituída pela URN, que respeita uma estrutura própria, previamente acordada. A Lei de Licitações, por exemplo, é referenciada como *urn:lex:br:federal:lei:1993-06-21:8666* ou *urn:lex:br:federal:lei:lei:licitacoes*. O portal não acumula informações. Elas permanecem armazenadas no local de origem, que passa a constar das buscas do portal LexML.

O sistema é liderado pelo Senado, mas é uma iniciativa conjunta da Advocacia-Geral da União, Câmara dos Deputados, Procuradoria-Geral da República, Ministério da Justiça, tribunais superiores, entre outros. Qualquer órgão de governo que deseje colocar suas informações no portal pode firmar acordo de cooperação e enviar seus dados. A ideia é facilitar a busca à informação, cumprindo o preceito constitucional que define o cidadão como o titular do direito de acesso à informação.

## Siga Brasil ajuda a acompanhar os orçamentos

O sistema Siga Brasil facilita o acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. São números completos e atualizados diariamente sobre a execução das despesas. Criado para ser um instrumento de informação para quem trabalha diretamente com orçamento,

o sistema também alcança o público com conhecimentos intermediários e mesmo os leigos. Por seu intermédio, é possível saber quanto um órgão gastou, por exemplo, com papel ou passagens aéreas. Em 2010, recebeu mais de 16 milhões de consultas.

O Siga Brasil permite ao parlamentar acompanhar a execução de dotação orçamentária

do interesse de seus eleitores. Em maio de 2010, o sistema agregou o Siga Estados, pelo qual governos estaduais, mediante convênios, podem divulgar informações sobre seus orçamentos na página do Senado. Quando as informações estiverem reunidas, será possível ao cidadão comparar, por exemplo, a educação nos estados com a do país.

**Ferramentas de pesquisa e busca facilitam acesso do cidadão ao que se passa no Senado**

### Saiba mais

**Portal do Senado Federal**

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

**Acompanhamento da atividade legislativa**

[www.senado.gov.br/atividade/](http://www.senado.gov.br/atividade/)

**Blog do Senado**

[www.senado.gov.br/blog/](http://www.senado.gov.br/blog/)

**Portal LexML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica**

[www.lexml.gov.br](http://www.lexml.gov.br)

**Siga Brasil**

<http://migre.me/5ejzE>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM  
[WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)